



**COUNCIL OF  
THE EUROPEAN UNION**

**Brussels, 9 January 2013**

**5152/13**

---

**Interinstitutional File:  
2012/0217 (COD)**

---

**WTO 4  
COEST 4  
CODEC 30  
INST 10  
PARLNAT 7**

**COVER NOTE**

---

from: the President of the Assembly of the Republic of Portugal  
date of receipt: 20 December 2012  
to: Mr Enda KENNY, President of the Council of the European Union  
Subject: Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the allocation of tariff-rate quotas applying to exports of wood from the Russian Federation to the European Union  
[doc. 13143/12 WTO 286 COEST 281 CODEC 2017 - COM(2012) 449 final]  
- *Opinion<sup>1</sup> on the application of the Principles of Subsidiarity and Proportionality*

---

Delegations will find attached the above-mentioned opinion.

---

<sup>1</sup> Translation(s) of the opinion may be available at the Interparliamentary EU Information Exchange site IPEX, at the following address: <http://www.ipex.eu/IPEXL-WEB/search.do>.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

---

Parecer

COM(2012)449

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à atribuição de contingentes pautais aplicáveis às exportações de madeira provenientes da Federação da Rússia para a União Europeia

---



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA**

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias, aprovada em 20 de janeiro de 2010, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à atribuição de contingentes pautais aplicáveis às exportações de madeira provenientes da Federação da Rússia para a União Europeia [COM(2012)449].

**PARTE II – CONSIDERANDOS**

1. Na presente proposta de regulamento é reconhecida a importância económica, para a União Europeia, das importações de madeira em bruto, nomeadamente a importância da Federação da Rússia enquanto fornecedor de madeira em bruto.
2. Neste contexto, a Comissão Europeia acordou com Federação da Rússia<sup>1</sup> um conjunto de compromissos destinados a reduzir ou eliminar as taxas dos direitos de exportação atualmente aplicados sobre a madeira em bruto.
3. No âmbito das negociações da adesão da Federação da Rússia à OMC (Organização Mundial do Comércio), a Comissão, em nome da União, negociou, com a Federação da Rússia, um Acordo no que respeita à administração desses contingentes pautais aplicáveis às exportações de determinados tipos de madeira de coníferas provenientes da Federação da Rússia para a União. Foi

<sup>1</sup> Assinado em 16 de dezembro de 2011.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

também acordado, sob a forma de Protocolo, modalidades técnicas sobre a gestão de contingentes pautais.

4. A fim de garantir condições uniformes de execução do Acordo e do Protocolo após a respetiva entrada em vigor, importa que sejam concedidas competências de execução à Comissão.
5. Assim, através da presente iniciativa, pretende-se conferir poderes à Comissão para que esta adote as disposições necessárias à gestão das quantidades dos contingentes pautais atribuídos às exportações para a UE de madeira provenientes da Federação da Rússia, através de um ato de execução.
6. A iniciativa, em apreço, foi remetida à Comissão de Economia e Obras Públicas, a qual analisou referida iniciativa e aprovou o Relatório, que se subscreve na íntegra e anexa ao presente Parecer, dele fazendo parte integrante.

#### *a) Da Base Jurídica*

A base jurídica em que assenta a iniciativa em análise é o artigo n.º 207.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia.

#### *b) Do Princípio da Subsidiariedade*

Na presente proposta o princípio da subsidiariedade não se aplica uma vez que a matéria em causa é da competência exclusiva da União Europeia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

**PARTE III – PARECER**

Em face dos considerandos expostos e atento o Relatório da comissão competente, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:

1. Não está em causa a observância do princípio da subsidiariedade, uma vez que a matéria em causa é da exclusiva competência da União;
2. Em relação à iniciativa em análise, o processo de escrutínio está concluído.

Palácio de S. Bento, 18 de dezembro de 2012

O Deputado Autor do Parecer

(António Serrano)

O Presidente da Comissão

(Paulo Mota Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

**PARTE IV – ANEXO**

Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas.



Comissão de Economia e Obras Públicas

## Parecer

Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à atribuição de contingentes pautais aplicáveis às exportações de madeira provenientes da Federação da Rússia para a União Europeia

**Autor:** Deputado  
Eduardo Teixeira

COM (2012) 449



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Economia e Obras Públicas

---

## ÍNDICE

**PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA**

**PARTE II – CONSIDERANDOS**

**PARTE III - CONCLUSÕES**

**PARTE IV- ANEXOS**



## Comissão de Economia e Obras Públicas

---

### PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 7.º da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, a iniciativa Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à atribuição de contingentes pautais aplicáveis às exportações de madeira provenientes da Federação da Rússia para a União Europeia COM (2012) 449 foi enviado à Comissão de Economia e Obras Públicas, atento o seu objecto, para efeitos de análise e elaboração do presente parecer.



## Comissão de Economia e Obras Públicas

---

### PARTE II – CONSIDERANDOS

#### 1. Em geral

Em face da recente adesão da Federação Russa (Rússia) à Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras coisas, a Rússia concordou em reduzir as taxas dos direitos de exportação que atualmente aplica aos produtos de madeira em bruto, nomeadamente através da fixação de contingentes pautais mais reduzidos (13% para a epicea e 15% para o pinheiro, em vez da taxa do direito de exportação atual fora do contingente e não consolidado que era de 25%, mas não inferior a 15 €/m<sup>3</sup>).

Segundo é referido, a União Europeia prevê ganhos muito significativos para um conjunto de indústrias a jusante da indústria florestal (casos da indústria do papel, da construção e do mobiliário) já que os aumentos tinham sido consecutivos desde 2007.

A presente iniciativa desenvolve ainda um conjunto de detalhes procedimentais que indicam a forma de actuação entre a Rússia e a EU por forma à operacionalização do Acordo (*Acordo bilateral sob forma de troca de cartas que estabelece as disposições gerais sobre a implementação da parte dos contingentes pautais atribuídos à EU*) e do Protocolo (conjunto de modalidades técnicas mais pormenorizadas sobre a gestão dos contingentes pautais que integram o referido Acordo).



## Comissão de Economia e Obras Públicas

---

### **2. Princípio da Subsidiariedade**

A proposta em causa é da competência exclusiva da União pelo que o princípio da subsidiariedade não se aplica.



Comissão de Economia e Obras Públicas

---

### PARTE III - CONCLUSÕES

Em face do exposto, a Comissão de Economia e Obras Públicas conclui o seguinte:

1. O princípio da subsidiariedade não se aplica à presente iniciativa dado que a proposta em causa é da competência exclusiva da União;
2. A análise da presente iniciativa não suscita quaisquer questões que impliquem posterior acompanhamento;
3. A Comissão de Economia e Obras Públicas dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente parecer, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto de 2006, ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus para os devidos efeitos.



Comissão de Economia e Obras Públicas

**PARTE IV- ANEXOS**

Palácio de S. Bento, 17 de Outubro de 2012

P/O(A) Deputado(a) Autor(a) do Parecer

(Eduardo Teixeira)

O(A) Presidente da Comissão

(Luís Campos Ferreira)